

## **CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR CODEFAT**

### **35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODEFAT**

**DATA:** 24 de junho de 1999

**LOCAL:** Sala de Reuniões da SPES, 2º Andar do MTE

**PARTICIPANTES:** Luiz Gil Siuffo Pereira, Presidente e Representante Titular da CNC; Fátima Bayma de Oliveira, Secretária-Executiva do CODEFAT; Paulo Jobim Filho, Representante Titular do MTE; Isac Roffé Zagury, Representante Titular do BNDES; Vinícius Carvalho Pinheiro, Representante Titular do MPAS; Delúbio Soares de Castro, Representante Titular da CUT; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Representante Titular da CGT; Luiz Fernando de Souza Emediato, Representante Suplente da Força Sindical; Alencar Naul Rossi, Representante Titular da CNF; Marco Antonio Reis Guarita, Representante Suplente da CNI.

**I - ABERTURA DOS TRABALHOS PELO PRESIDENTE DO CODEFAT** - O Presidente Luiz Gil Siuffo Pereira, observando a existência de quorum regimental, declarou aberta a Trigésima Quinta Reunião Extraordinária do CODEFAT e deu boas vindas à nova Secretária-Executiva do Conselho, Sra. Fátima Bayma de Oliveira, passando em seguida à apreciação da pauta. **II - ASSUNTOS SUJEITOS A DELIBERAÇÃO: ITEM 1 - Aprovação das Atas da 56ª Reunião Ordinária, 32ª, 33ª e 34ª Reuniões Extraordinárias, realizadas nos dias 11 de março, 17 de março, 29 de abril e 19 de maio de 1999, respectivamente.** O Presidente colocou em apreciação as referidas Atas, e, não havendo nenhuma observação por parte dos Conselheiros, considerou-as aprovadas. **ITEM 2 - Pré-Proposta orçamentária do FAT, exercício 2000.** O Presidente solicitou ao Subsecretário de Planejamento e Orçamento do MTE, Sr. Manoel de Souza Lima Neto, que fizesse explanação sobre o tema. O Subsecretário apresentou a nova metodologia e proposição para a orçamentação do ano dois mil, explicando que a partir do ano 2000 até 2003 estaria em vigor o novo plano plurianual, cujo detalhamento para o ano 2000 seria cópia fiel do Projeto de Lei Orçamentária para aquele ano. Destacou o aspecto qualitativo da proposta e uma evolução orçamentária, ressaltando que a estrutura orçamentária do FAT era composta de dezessete ações, e que, para o ano 2000, estariam consubstanciadas no plano plurianual, em torno de 53 ações. Destacou, ainda, que em 1998 foram executados R\$ 7.4 bilhões com recursos oriundos do FAT, que a dotação orçamentária de 1999 era da ordem de R\$ 7.7 bilhões, e que havia uma proposta do Ministério do Trabalho da ordem de R\$ 9.2 bilhões para 2000. Em seguida, destacou o conjunto de ações que foram desmembradas para o orçamento do próximo ano. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento solicitou ao Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional do MTE, Prof. Nassim Gabriel Mehedff, que apresentasse o item relativo ao Programa PROFABE. Esse

informou que nas negociações mais recentes ficara acordado que a participação do BID seria de duzentos milhões de dólares, além de cento e trinta milhões de dólares oriundo do FAT e setenta milhões de dólares provenientes do Ministério da Saúde. Acrescentou que o Ministério do Trabalho e Emprego propusera uma redução do valor dos recursos do FAT para cem milhões de dólares, ressaltando que o objetivo principal do Programa era a qualificação profissional de auxiliares de enfermagem, em torno de 300 mil profissionais, abrangendo além da qualificação profissional específica, a educação básica para os que não tivessem o 1º grau completo. Destacou, ainda, outro projeto importante na área de formação de formadores para auxiliares de enfermagem, além de uma série de instrumentos de melhoria do sistema de informações e de sustentação de todo trabalho do SUS, em relação à melhoria da qualidade do trabalho básico de enfermagem e de auxiliares de enfermagem. Após, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento concluiu sua exposição ressaltando que o Governo, em um momento de austeridade fiscal, entendera a importância das ações desenvolvidas com recursos do FAT, mantendo o orçamento com base no ano de 1999, com perspectiva de elevar em quinhentos milhões de reais o teto definido pelo Ministério de Orçamento e Gestão. O Presidente deixou a palavra em aberto, para que os Conselheiros fizessem as observações. O Conselheiro Titular Representante da CUT, Sr. Delúbio Soares de Castro, considerou exíguo o tempo para o estudo da proposta orçamentária e, referindo-se à Qualificação Profissional, observou que as Centrais Sindicais solicitavam aumento dos recursos, passando para um investimento em torno de um bilhão de reais. No que se referia ao PROFAE, considerou desproporcional a contrapartida dos recursos do FAT e os recursos advindos do Ministério da Saúde, lembrando que a CPMF era uma alternativa para buscar recursos para a área da Saúde e sugeriu que houvesse um debate político naquela direção. O Conselheiro Titular Representante do MTE, Sr. Paulo Jobim Filho, explicou que o Ministério da Saúde via com prioridade as questões de educação e saúde e que todos os recursos destinados à área da saúde foram aplicados em qualificação do trabalhador. Continuando, informou que, em relação ao aporte de recursos, ocorrera um recálculo de valores, passando o valor oficial para, aproximadamente, cem milhões de dólares. O Conselheiro Suplente Representante da CNI, Sr. Marco Antônio Reis Guarita, corroborou a colocação do Conselheiro da CUT sobre a exiguidade do tempo de análise da proposta orçamentária e cumprimentou o Ministério do Trabalho pela elaboração da redefinição metodológica, permitindo uma identificação precisa da destinação dos recursos. O Conselheiro observou, ainda, que, uma vez aprovada a proposta orçamentária, os valores para as ações deveriam estar abertos para um exame detalhado. Destacou alguns aspectos, que foram explicitados pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento. O Conselheiro Suplente Representante da Força Sindical, Sr. Luiz Fernando de Souza Emediato, deu boas vindas à nova Secretária-Executiva do Conselho e parabenizou a equipe do

Ministério do Trabalho pela melhora na apresentação da proposta orçamentária. Concordou com a observação do Conselheiro da CNI sobre a realização de reunião para apresentar sugestões de transferências de rubricas e destacou os seguintes pontos: 1) observou que a Força sindical não se opunha ao valor orçado para Qualificação Profissional, que se aproximava do que foi aprovado no ano anterior; 2) sugeriu que fosse criado um Conselho Tripartite Paritário para o PROFAE; 3) considerou insuficiente o orçamento destinado para Intermediação de Mão-de-Obra e do Seguro-Desemprego, sugerindo uma complementação para ambos os setores. Solicitou, ainda, que fosse disponibilizado para conhecimento dos Conselheiros o texto da medida provisória, relativa ao fundo de aval, que começou a ser redigido na gestão do Ministro Amadeo. O Presidente apresentou ao Conselho o novo representante do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, Sr. Vinícius Carvalho Pinheiro, que registrou a sua honra em fazer parte do CODEFAT. A seguir, o Secretário da SEFOR, complementando as informações relativas ao PROFAE, esclareceu que seria adotado para aquele Programa o mesmo modelo de implementação do PROEP e que haveria uma portaria interministerial nomeando um Conselho Diretor, composto por representante do Ministério da Saúde e representantes das Bancadas dos Trabalhadores, Empregadores e Governo, garantindo, assim, o tripartismo na implementação do Programa. O Conselheiro do MPAS indagou se havia, na área da Comunicação Social, previsão de alocação de recursos para prevenção de acidentes de trabalho, e, ainda, se havia disponibilização de recursos para dar continuidade ao encaminhamento, já aprovado pelo CODEFAT, de realização de auditoria externa em relação aos programas de qualificação profissional. O Conselheiro do MTE explicou que o Ministério do Trabalho e Emprego estava discutindo a elaboração de pesquisas para a avaliação efetiva da questão dos acidentes de trabalho, como marco inicial de uma meta do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, de reduzir em vinte e cinco por cento o número de acidentes de trabalho, ao longo dos próximos anos. Sobre a questão da auditoria, explicou que havia sido concluído o rol de atividades que precisavam ser auditadas, tendo sido solicitado à Secretaria de Controle Interno – Ciset, que apresentasse um programa de auditoria, em nível nacional, para verificação dos processos pelos quais estavam ocorrendo a qualificação, e que este seria complementado por uma auditoria externa de contas. Justificou que seria muito dispendiosa uma contratação de auditoria externa para verificação de processos locais, uma vez que a Ciset possui uma estrutura formada em todo o país, com qualificação e independência para fazer um trabalho complementar às avaliações técnicas, servindo de base para o CODEFAT. Acrescentou que a auditoria independente seria contratada para fazer um conjunto de verificações financeiras, de aplicação de recursos, de remuneração, inclusive de integridade dos controles internos do próprio Ministério em relação aos controles financeiros do CODEFAT. O Conselheiro do MPAS, retornando à questão relativa à prevenção de acidentes de

trabalho, informou que o Ministério da Previdência estava realizando uma pesquisa regional, com o auxílio da UFMG, sobre as máquinas que mais causavam acidentes de trabalho, nas áreas urbana e rural. Explicou que com base nos resultados da pesquisa seria realizado um outro levantamento identificando as alternativas de substituição das referidas máquinas, existentes no mercado. Informou, ainda, que estavam em negociação com o BNDES visando abrir uma linha de financiamento para empresas que desejassem substituir máquinas que eram causadoras de acidentes de trabalho. Ressaltando o impacto expressivo, do ponto de vista da incidência de acidente de trabalho, solicitou o apoio do Colegiado, no sentido de fazer gestões junto ao BNDES para que o programa fosse operacionalizado. Terminadas as observações sobre a Pré - Proposta Orçamentária, o Presidente indagou aos Conselheiros se estavam em condições de votar a matéria. O Conselheiro da Força Sindical solicitou que fosse levada em consideração a sua colocação sobre a modificação dos itens Intermediação de Mão-de-Obra e Seguro-Desemprego. O Conselheiro Titular Representante da CGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, corroborou a observação do Conselheiro da Força Sindical, considerando o recurso insuficiente para a área de intermediação, tendo em vista estarem buscando um resultado mais positivo em torno da política pública de emprego. Sugeriu, então, que o valor fosse revisto, a fim de atender à demanda crescente. O Presidente colocou que a proposta seria levada em consideração, na medida do possível, tendo em vista as limitações existentes. O Conselheiro da Força Sindical solicitou que fosse registrado em ata e colocada em votação a sua proposta de transferir, aproximadamente, seis milhões de reais, no "Apoio Operacional do Seguro- Desemprego" para a rubrica "Instituições Privadas", ficando a mesma com dotação equivalente a quinze milhões de reais e, também, aumentar a dotação do "Programa de Intermediação de Mão-de-Obra", no que se refere às transferências para "Instituições Privadas", ficando os recursos da ordem de trinta e quatro milhões e seiscentos mil reais. O Presidente colocou a Pré - Proposta Orçamentária, exercício 2000, em apreciação, incluída a proposta do Conselheiro da Força Sindical, sendo a mesma considerada aprovada. O Conselheiro do MTE solicitou que fossem apreciados dois itens extra pauta. **Extra-Pauta – Proposta de Resolução que autoriza a alocação de recursos no BNDES, para aplicação no PRONAF.** A Coordenadora-Geral de Emprego da SPES, Sra. Beatrice Valle, explicou que a proposta representava demanda do Ministério da Agricultura, no sentido de complementação de recursos para o PRONAF Investimento, da ordem de cento e cinquenta milhões de reais, a fim de dar continuidade ao Programa, tendo em vista o encerramento da dotação anterior. Colocada em votação, a proposta foi considerada aprovada. **Extra-Pauta – Proposta em parceria com a Força Sindical, com vistas à implantação de Agência de Serviço de Emprego em Recife/PE.** O Conselheiro do MTE explicou que o detalhamento da proposta fora distribuído aos Conselheiros e

que a mesma fora considerada como prioridade por parte do Ministro Francisco Dornelles, tendo em vista as dificuldades existentes na Região Nordeste. O Conselheiro da CNI manifestou posição favorável ao Projeto e solicitou que a Secretaria Executiva, na próxima reunião, fornecesse um relato da evolução do processo de implantação de todas as centrais de intermediação aprovadas pelo Conselho. O Conselheiro do MPAS solicitou que as próximas propostas fossem apresentadas com avaliação do GAP ou da Secretaria Executiva. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro da CGT, retornando à questão do PROF AE, solicitou que antes da formação do Conselho Diretor daquele Programa houvesse uma reunião entre os membros das respectivas bancadas. O Conselheiro da CUT, ainda sobre a questão do PROF AE, sugeriu que a Secretaria Executiva do CODEFAT em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego apresentasse ao Ministério da Saúde uma proposta completa do significado e da gestão da aplicação dos recursos naquele Programa. A Secretária-Executiva do CODEFAT manifestou a sua satisfação em participar do Conselho, colocando-se à disposição dos Conselheiros. Informou, ainda, que nas próximas reuniões haveria uma apresentação sobre a pesquisa realizada pelo IBASE, bem como uma apresentação dos programas desenvolvidos pelo Programa Comunidade Solidária. Finalizando, o Presidente marcou a próxima reunião do Conselho para às 10hs 30 m do dia vinte e dois de julho do corrente ano. O Conselheiro da CGT solicitou à Secretária-Executiva um informe sobre a atual situação do Convênio com a FINEP. Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, o Presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Fátima Bayma de Oliveira, Secretária-Executiva do CODEFAT, lavrei a presente Ata, que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, demais membros do Colegiado e por mim.

LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA  
Presidente e Representante Titular da CNC

---

FÁTIMA BAYMA DE OLIVEIRA  
Secretária-Executiva do CODEFAT

---

PAULO JOBIM FILHO  
Representante Titular do MTE

---

ISAC ROFFÉ ZAGURY  
Representante Titular do BNDES

---

VINÍCIUS CARVALHO PINHEIRO  
Representante Titular do MPAS

---

DELÚBIO SOARES DE CASTRO  
Representante Titular da CUT

---

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO  
Representante Titular da CGT

---

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO  
Representante Suplente da Força Sindical

---

ALENCAR NAUL ROSSI  
Representante Titular da CNF

---

MARCO ANTONIO REIS GUARITA  
Representante Suplente da CNI

---